BOLETIM
JUVENTUDE
EDIÇÃO DEZEMBRO · 2026 · Nº 04 ★ ★ ★ UJC.ORG.BR

Governar com o povo ou não governar

Derrotar a extrema-direita exige enfrentar a conciliação de classes, com organização e mobilização para conquistar direitos e construir o Poder Popular

Nos últimos anos, assistimos a uma ascensão assustadora da extrema-direita na Europa, nos Estados Unidos e no Brasil. Esse avanço envolve tanto partidos mais diretamente identificados com o fascismo clássico quanto figuras como Trump e Bolsonaro, vinculadas à grande burguesia financeira e à velha direita autoritária de seus respectivos países. Embora tenham ganhado projeção recentemente, esses movimentos não representam uma novidade: as organizações de extrema-direita estiveram presentes ao longo de todo o século XX e no início do XXI. Nos momentos de crise do capital, os cães de guarda do fascismo são soltos para defender a ordem capitalista.

Por outro lado, movimentos populares têm ocupado as ruas em grandes manifestações, abrindo possibilidades para o fortalecimento das organizações que lutam pela superação do capitalismo e pela defesa dos interesses da classe trabalhadora. Dos protestos estudantis na Europa, com enfrentamentos diretos ao aparelho repressivo, às manifestações de massa no Brasil em defesa da eleição de Lula, essas mobilizações expressam uma retomada das lutas populares. Isso não significa que todos esses movimentos tenham um programa socialista ou levantem as bandeiras dos comunistas. Suas reivindicações, entretanto, podem abrir caminhos para o avanço da consciência de classe e da organização política, desde



Basta de cortes: não o ajuste fiscal! Crédito: Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

que articuladas à luta contra a exploração e a opressão capitalistas.

Com a reeleição de Lula, abre-se uma nova quadra política no Brasil. Essa vitória, sustentada mais pela força do movimento popular que tomou as ruas e se expressou nas urnas do que pela tática da frente ampla, abre possibilidades de novas conquistas para a classe trabalhadora. Para concretizá-las, contudo, é necessário enfrentar uma barreira no interior da própria esquerda: a conciliação de classes.

O ajuste fiscal anunciado pelo governo caminha na contramão dessa necessidade: restringe os investimentos públicos e os gastos sociais, enquanto os juros da dívida permanecem fora dos limites impostos às despesas primárias. Para a juventude, essa restrição pode comprometer a manutenção das universidades, a assistência estudantil, o financiamento da pesquisa e o acesso à saúde pública, além de limitar a geração de empregos e dificultar a entrada no mercado de trabalho. Ao frustrar as expectativas de quem se mobilizou por mudanças, o governo enfraquece sua própria base social e abre espaço para novas ofensivas da extrema-direita. Sustentar a vitória popular exige dar consequência às demandas que a tornaram possível.

Setores expressivos da burguesia brasileira apoiaram o projeto de Flávio Bolsonaro. É preciso denunciar o caráter antipopular, antinacional e autoritário dessa classe, romper com a subordinação aos seus interesses e governar com e para o povo. Dar consequência à vontade popular expressa nas urnas exige organização e mobilização permanentes, a construção do Poder Popular e o enfrentamento das estruturas que sustentam a exploração no país. A conciliação, longe de desarmar as forças golpistas, preserva as condições para novas ofensivas contra a classe trabalhadora. Não podemos repetir os erros do passado. Governar com o povo ou não governar!

Pelo Poder Popular rumo ao socialismo!

Direitos para quem produz ciência!

No final de novembro, ocorre o Congresso Nacional de Pós-Graduandos (CNPG), organizado pela Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), para discutir os rumos do movimento no país. Nos últimos anos, a mobilização da categoria alcançou conquistas, como o aumento do valor das bolsas e o reconhecimento do período de pesquisa para fins previdenciários. Entretanto, a pesquisa continua sem receber a prioridade necessária. É sintomático que, no mês do Congresso, mestrandos e doutorandos tenham enfrentado semanas de atraso no pagamento das bolsas da CAPES e do CNPq.

A produção de ciência e tecnologia no Brasil se concentra nas instituições públicas de ensino e pesquisa, enquanto a burguesia brasileira, subordinada ao capital internacional, não tem compromisso com a construção de um projeto científico e tecnológico soberano. São pesquisadores, docentes, estudantes e trabalhadores dessas instituições que sustentam grande parte da produção científica nacional, mesmo diante da precarização das condições de trabalho e estudo e da insuficiência de financiamento.

Pesquisa é trabalho e deve ser reconhecida como tal. A garantia de direitos trabalhistas e previdenciários aos pós-graduandos é um passo necessário para valorizar a produção científica e melhorar as condições de vida de quem a realiza. Bolsas insuficientes, pagamentos atrasados e ausência de proteção social comprometem tanto a permanência dos pesquisadores quanto a continuidade das pesquisas.

Um país que não investe na produção de ciência e tecnologia aprofunda sua dependência. A construção de um complexo científico e tecnológico orientado pelas necessidades da classe trabalhadora é indispensável à soberania nacional. O projeto de Universidade Popular vincula a produção do conhecimento ao enfrentamento dos problemas históricos do Brasil e à transformação das condições de vida do povo.

Pelos direitos dos pesquisadores e pesquisadoras: pesquisa é trabalho!

Lutar, criar, Universidade Popular!

EXPEDIENTE

Editoração: Thiago Mai
Redação: Guilherme Corona e André Lima

CONTATO

ujc.nacional@gmail.com
@ujc.nacional
ujc.org.br

Rua da Lapa, nº 180, apto. 1006 – Centro – Rio de Janeiro – RJ